

XIX COLÓQUIO BRASILEIRO EM ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-
MUNDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANDREI ARTHUR FAHL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC – PPGRI)

Admirável Novo Século Americano: As Diferentes Estratégias para Revitalização da
Hegemonia Estadunidense durante os Governos de Bush (2001-2008) e Trump (2016-
2025)

FLORIANÓPOLIS - SC

20 A 22 DE OUTUBRO – 2025

1. Resumo Expandido / Introdução

Este artigo visa comparar a estratégia de “Novo Século Americano” promovida durante o Governo Bush (2001 -2008) com a nova estratégia do Governo Trump (2025) – sumarizada pelo lema “Make America Great Again” – para restaurar o domínio e prestígio da hegemonia estadunidense em decadência. Para tanto, utilizaremos do arcabouço teórico conceitual da análise de sistemas-mundo para compreender como essas tendências governamentais estão interligadas com as transformações da economia-mundo capitalista e com as fases da hegemonia estadunidense. Utilizaremos nesse trabalho os conceitos desenvolvidos por Wallerstein (2000), para compreendermos fenômenos em escala estrutural para explicarmos transformações sociais de dado tempo histórico; assim como de Arrighi (2007; 2008), que desenvolve as ideias de ciclos sistêmicos de acumulação, hegemonia na economia-mundo capitalista, e sua aprofunda análise no caso da tentativa de “Novo Século Americano” potencializada pelo Governo Bush.

Durante seus estudos sobre o ciclo de acumulação estadunidense, Arrighi (2008) determina uma nova forma de estabelecer dominação – a dominação sem hegemonia. Em seu livro “Adam Smith em Pequim”, Arrighi destrincha estratégia do “Novo Século Americano” e a grande derrota estadunidense com o fracasso das invasões no Iraque e no Afeganistão, além ressaltar como que a China foi a grande vitoriosa da “guerra ao terror”. Ao retratar esse episódio, Arrighi (2008) recorre ao conceito de dominação sem hegemonia para retratar a hegemonia estadunidense em decadência, quando não há mais consenso internacional sobre a liderança e os interesses do ator líder – como retratado com os diversos protestos de países no Conselho de Segurança das Nações Unidas e a ausência de apoio interno e externo a estas invasões – e portanto, esse ator é direcionado a agir através da dominação, ou seja, do uso da força, para prevalecer seus interesses. Contudo, quando recapitulamos o conceito de hegemonia de Maquiavel – concepção original desse termo de Arrighi (2007) – compreendemos que a hegemonia se expressa de duas formas: seja pela coerção, em que há implicação da força para prevalecer seu interesse do outro; seja pelo consenso, que estabelece uma relação de subordinação do outro perante os interesses daquele ator que lidera certo grupo. Desse modo, acredito que a melhor forma de trabalharmos a decadência da hegemonia estadunidense seria falarmos de uma hegemonia sem consenso, e que opta por vias de coerção para manter a estabilidade de sua posição privilegiada na economia-mundo capitalista.

Com a chegada de Trump ao poder em seu segundo mandato, parece que temos um “remake” da estratégia do “Novo Século Americano” durante o governo Bush. Ambos os discursos das estratégias são muito semelhantes, no entanto utilizam de outros meios para revitalizar a hegemonia estadunidense. Enquanto o “Novo Século Americano” utilizava das invasões militares no oriente médio para continuar a acumulação de capital do ciclo estadunidense, o “Make America Great Again” toma outro rumo, retirando as tropas estadunidenses de conflitos internacionais (como na Ucrânia) e potencializando suas capacidades econômicas em atacar outros países através de vias comerciais e financeiras. Podemos ver isso claramente com a aplicação de tarifas abusivas sobre o Brasil, China, União Europeia e o tratado comercial desigual firmado com as Filipinas. Ou seja, a estratégia estadunidense ainda segue o padrão de hegemonia sem consentimento, porém, através de outros meios coercitivos. Entretanto, pode-se observar que a comunidade internacional está cada vez mais insatisfeita com os caminhos da economia-mundo capitalista sobre a liderança estadunidense, tendo em vista o fortalecimento do BRICS e outras iniciativas regionais, além da resistência diplomática da China perante Estados Unidos. Para Trump, a hegemonia – e a grandeza – estadunidense não estão em negociação, e portanto, a disputa interestatal com a China tende a escalar exponencialmente.

Esse trabalho será dividido em três seções. Na primeira, iremos apresentar a estratégia do “Novo Século Americano”, como foi concebida e idealizada, o processo de invasão militar nos países do oriente médio, seu objetivo central, e como fracassou – além de mostrar como a China emergiu como vitoriosa dos espólios da guerra. Para tanto, seguiremos principalmente as discussões de Arrighi sobre o episódio. Na segunda seção, introduziremos o primeiro mandato de Trump, suas principais ações para a revitalização da hegemonia estadunidense, e como este primeiro mandato se contrapõe ao segundo, que aparenta ser muito mais agressivo e coercitivo. Na terceira seção, a conclusão do capítulo, sumarizamos o debate e propomos pensar em como o sistema-mundo está se reorganizando para seguir para um novo capítulo pós-Estados Unidos.

2. O Projeto para o Novo Século Americano da Administração de George W. Bush

Nessa seção, iremos analisar o Projeto para o Novo Século Americano promovido pelo governo de Bush, que foi uma clara tentativa de preservar a hegemonia estadunidense no sistema-mundo capitalista, mantendo-a sem ameaças à sua ordem. Entretanto, devido ao seu fracasso ao engajar em guerras intermináveis no Oriente Médio,

no emaranhado de conflitos surge a real ameaça a hegemonia estadunidense – o renascimento do Império do Meio, a China. Desse modo, segundo Arrighi (2008), a China surge como “o terceiro que se beneficia” da Guerra ao Terror promovida por Bush, tornando-se, dessa maneira, como a real vencedora da Invasão ao Iraque. Utilizamos principalmente a abordagem de Arrighi em seu livro “Adam Smith em Pequim”, pois sintetiza muito bem os fenômenos conjunturais que levaram ao declínio da hegemonia estadunidense e seu projeto de retomada, assim como a aplicação da análise de sistemas-mundo. Nossa foco não será analisar todos os canais que consolidaram a política externa de Bush, mas sim uma análise de sua estratégia para a restauração da hegemonia estadunidense na economia-mundo capitalista, assim como o único caminho para sua continuação como sistema-mundo moderno.

O Projeto para o Novo Século Americano é adotado como estratégia nacional pelo Presidente George W. Bush logo após os atentados da Al Qaeda de 11 de Setembro de 2001, que destruiriam as torres gêmeas do World Trade Center (símbolo da ordem financeira estadunidense) e causaram danos graves ao Pentágono (símbolo do complexo industrial militar do país). Na realidade, os ataques de 11 de Setembro foram “a desculpa necessária” para adoção do Projeto – era necessário conquistar a opinião pública por meio de uma ameaça à integridade real ao território do país e a hegemonia estadunidense para que uma nova estratégia, mais ousada, mais ativa e mais bélica, fosse promovida pelas autoridades governamentais como uma forma de reavivar o “Destino Manifesto” estadunidense.

As bases do Projeto para o Novo Século Americano era a reconfiguração da geografia política da Ásia Ocidental através do poderio militar estadunidense com o objetivo de preservar o controle dos Estados Unidos sobre liderança da economia-mundo capitalista (Arrighi, 2008). Dessa maneira, a hegemonia estadunidense seria preservada somente através da coerção (poder bélico), sem a necessidade do apoio simbólico e moral sustentado pelo consentimento internacional perante seus interesses. Entretanto, o Projeto foi um tremendo fracasso, não conseguindo suceder em sua primeira fase, que era a submissão completa do Iraque perante os interesses estadunidense – principalmente o controle sobre as torneiras de petróleo da região. Um dos elementos que impediram o sucesso do Projeto para o Novo Século Americano foi a síndrome do Vietnã – isto é, o amargor da maior potência bélica na história ser derrotada por uma força inconvencional de menor escala (Arrighi, 2008).

Segundo Arrighi, a Guerra do Vietnã é o principal acontecimento da “crise sinalizadora” a hegemonia norte americana durante a década de 60 e 70 – isto é, quando ocorre o fim da fase de expansão material e se dá o “início” contínuo da fase de expansão financeira (lembrando que as fases se sobrepõem, não há um corte correto sobre o início ou fim das fases). Entretanto, a retirada das tropas do território vietnamita e a chegada de Reagan e a promoção das políticas neoliberais de mercado trouxeram um *momentum* de extrema riqueza para o poder norte americano – Arrighi (2008) compara esse momento com a belle époque vivida durante o ciclo sistêmico da Grã-Bretanha.

Durante o restante da Guerra Fria, os Estados Unidos teve muito cuidado para não repetir o desastre que ocorreu no Vietnã, somente engajando em conflitos em que havia a vitória era dada como certa. Após a dissolução da URSS e o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos tentaram engajar em conflitos semelhantes ao do Vietnã com o objetivo de superar a sua síndrome. Contudo, conflitos como a Guerra do Golfo (1990-91) com a invasão do Iraque não poderiam ser considerados como vitória absoluta, pois não cumpriram com o seu principal objetivo de remoção de Sadam Husseim do poder. Outros conflitos, como a Guerra do Kosovo e a “missão humanitária” na Bósnia e Iugoslávia, somente serviram para demonstrar a capacidade de destruição militar e terraformagem do exército estadunidense. Ou seja, a síndrome do Vietnã ainda permeava as mentes das autoridades e líderes militares estadunidenses. E um dos objetivos do Projeto para o Novo Século Americano era a superação desse trauma de guerra.

As primeiras decisões em relação a invasão no Afeganistão já demonstravam os reais interesses dos Estados Unidos. Para a caçada de Osama Bin Laden, líder do grupo terrorista da Al Qaeda, Bush empregou poucas tropas no país, optando pela contratação de mercenários. Seu objetivo era ter poucas baixas na caçada – seguindo o temor de uma nova síndrome do Vietnã ocorrer. Entretanto, essa ação denuncia seu interesse em reformular o tabuleiro do oriente médio em favor dos interesses estadunidenses (Arrighi, 2008). De outro modo, houve maior emprego e designação de tropas para a invasão do Iraque. Contudo, a partir de 2003, o número de baixas de soldados aumenta exponencialmente devido o choque com a realidade local – maior organização dos grupos considerados como terroristas e dificuldades em relação ao terreno e a infraestrutura do país. O aumento na quantidade de baixas aumenta o custo da operação militar, diminuindo significativamente o retorno político e econômico dos Estados Unidos na incursão militar. Após um ano da invasão ao país, Bush lança o slogan “Temos que manter o curso no

Iraque” – demonstrando o interesse do governo em ir até a última das consequências para a conquista das torneiras de petróleo do país. Entretanto, na linha de frente da guerra, as tropas enfrentam um severo colapso de qualidade e moral semelhantes ao do Vietnã. Segundo um grupo de fuzileiros navais, o que estava em suas mentes era “Podemos perder no Iraque e destruir nosso exército ou simplesmente perder”. Segundo dados do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, mais de 7 mil soldados estadunidenses foram mortos nas operações da Guerra ao Terror.

Na visão de Arrighi (2008), o Iraque não era o Vietnã – era um inimigo ainda menor. A sensação de impotência sentida com o crescente número de baixas no Iraque e a imaterialização de seus interesses político-econômicos era maior e menos controlada do que a derrota no Vietnã.

Em termos puramente militares, os rebeldes iraquianos, ao contrário dos vietnamitas, não dirigem veículos, não tem larga experiência em guerrilhas e em ambientes naturais favoráveis, nem gozam do apoio de uma superpotência como a União Soviética. Nesse em outros aspectos, eles são muito menos formidáveis como adversários que os vietnamitas [...] Além disso, durante as três décadas que separam a retirada norte-americana do Vietnã da invasão do Iraque, as forças armadas dos Estados Unidos sofreram uma reestruturação fundamental que visava especificamente reverter o veredito do Vietnã.

A reestruturação das forças armadas estadunidense transformou-as em mais letais, com maior coordenação, equipamentos, ferramentas e capacidade em lidar com inimigos inconvencionais – qualquer ameaça a ordem hegemônica estadunidense. Para além de superar a síndrome do Vietnã e reestruturar a economia-mundo aos seus interesses, o Novo Século previa demonstrar que o apoio da OTAN era dispensável para o poderio militar estadunidense. Entretanto, o resultado foi o pior: impactou substancialmente a credibilidade internacional do poderio militar estadunidense. Assim como a Guerra do Vietnã pode ser tratada como fenômeno essencial para entender a crise sinalizadora do ciclo de acumulação estadunidense, a Guerra ao Terror pode ser da mesma forma tratada como um sinal da crise terminal desse ciclo (Arrighi, 2008).

Para as nações árabes e muçulmanas, a percepção geral sobre a Invasão do Iraque era de que seu objetivo era fortalecer Israel diante da resistência palestina e do mundo árabe em geral. Entretanto, o que o conflito demonstrou é que a subserviência aos Estados Unidos tinha um custo e risco mais altos que o de confronto direto (Arrighi, 2008). Nota-se que após o conflito, o Estado que mais se beneficiou de seu curso foi o Irã, outro inimigo que também estava na lista de mudanças de regime necessárias orquestradas

pelos Estados Unidos na região da Ásia ocidental. Ao destruir o arquinimigo do Estado iraniano, acabou fortalecendo o mesmo.

Para Bush, o uso do poderio militar estadunidense era essencial para a prevalência dos interesses estadunidense, mais que a ordem liberal estruturada pela globalização do neoliberalismo. Durante décadas, os Estados Unidos utilizou da confiança do mercado global centralizado em seu país e o uso de guerras de baixa intensidade como forma de preservar a hegemonia estadunidense século XXI adentro. Bush não confiava nos processos de liberalização de mercados e capital para manter a relevância dos Estados Unidos – e por isso, buscava a coerção como meio de preservação da hegemonia estadunidense (Arrighi, 2008).

Conforme aumentava o déficit do balanço de pagamento dos Estados Unidos como maior devedor do mundo, o país tornava-se cada vez mais vulnerável aos ataques especulativos. Alemanha, Japão e China eram os maiores compradores dos títulos do tesouro americano, e seguiam essencialmente uma motivação política em querer influenciar diretamente na política estadunidense. As autoridades estadunidenses não viam as compras de títulos como ameaça, pois o Japão dependia da segurança e prosperidade do mercado estadunidense. Essa situação muda com o crescimento da China, que se torna o destino global das exportações e dos investimentos na Ásia Oriental. A maior dependência financeira em relação aos governos estrangeiros afetou diretamente a capacidade do governo estadunidense em defender seus interesses nas negociações multilaterais sobre a integração econômica global – a globalização (Arrighi, 2008).

Apesar do governo de Bush ter aproveitado o superávit da administração presidencial anterior para iniciar duas guerras, ainda havia problemas sobre a forma de como os conflitos iriam se pagar. Com o aumento das baixas de soldados, os custos econômicos e políticos eram altos para a guerra se pagar, e como as incursões não foram bem-sucedidas em dominar e controlar pontos estratégicos das torneiras de petróleo, não havia como traduzir as incursões em ganho. Desse modo, a saída encontrada pelo governo Bush foi explorar os lucros do monopólio e aceitação geral do dólar estadunidense como moeda internacional (Arrighi, 2008). Desta maneira, países estrangeiros forneciam bens, serviços e recursos em troca de pedaços caríssimos de papel – os títulos de tesouro dos Estados Unidos. A forma encontrada de se beneficiar dessa relação foi através da desvalorização do dólar como método para diminuir a dívida estadunidense – essencialmente uma forma de calote. Enquanto que em retórica Bush falava sobre uma

moeda forte, na realidade as políticas monetárias e fiscais demonstravam-se extremamente frouxas.

Entretanto, esse caminho levou retroativamente o declínio da hegemonia estadunidense. Segundo Arrighi (2008), “Seja ela gradual ou violenta [a queda do dólar], é a manifestação (e o fator) da perda relativa e absoluta da capacidade dos Estados Unidos de manter a centralidade no interior da economia política global.” (p. 212). Durante o início do século XXI, os Estados Unidos tiveram que encarar uma grande perda de competitividade não só nas atividades de pouca tecnologia e uso intensivo de mão de obra, como também nas atividades de alta tecnologia e uso intensivo de conhecimento que são a espinha dorsal da vantagem comparativa dos EUA (Arrighi, 2008). Isso se deve principalmente devido a transferência de empresas de tecnologia dos Estados para a região asiática, que apresentava recursos melhores e uma mão de obra extremamente barata para se beneficiar. Em 2008, Arrighi fez uma premonição sobre a nova realidade da economia global:

Seja como for, o ajuste resultará inevitavelmente numa queda ainda maior do controle norte-americano sobre os recursos econômicos mundiais, na redução do peso e da centralidade do mercado norte-americano na economia global e na diminuição do papel do dólar como meio de pagamento internacional e moeda de reserva (p. 208)

A conjuntura da economia-mundo capitalista muda drasticamente após a crise de 2008 – os Estados Unidos perdem protagonismo para dar espaço a China, que lança seu plano de internacionalização e expansão de poder e influência. Desse modo, o Projeto para o Novo Século Americano falha essencialmente em permitir que a China se torne o possível novo centro da economia política global. John Mearsheimer já dava sinais em seu livro “A Tragédia das Grandes Potências” (2001) que a China poderia virar um competidor dos Estados Unidos, alertando que as autoridades estadunidenses deveriam agir rapidamente para retardar seu crescimento. Entretanto, o governo Bush mais aprofundou as relações da China do que a abandonou – tornando também um problema central para os Estados Unidos no século XXI. Arrighi sumariza bem a integração econômica entre Estados Unidos e China como resultado do grande déficit estadunidense:

O governo Bush está bem a par do perigo a imposição de tarifas a China como modo de forçar a valorização da moeda sair pela culatra. Como afirmou repetidas vezes Greg Mankiw, assessor econômico de Bush, muitos empregos norte-americanos foram perdidos em setores – máquinas, equipamentos de transporte, semicondutores – em que a concorrência chinesa é leve. E mais importante, a valorização do iuan apenas substituiria a importação chinesa pela de outros fornecedores estrangeiros mais caros. O resultado para os

Estados Unidos seria aumento de inflação, maior perda de competitividade e redução do número de empregos, em vez de aumento. (p. 214-215)

Desde a virada do século, o crescimento chinês alcançou marcos de extrema relevância. Em 2003 a China se torna o maior parceiro comercial do Japão e da Coreia do Sul, entre 2001 e 2004 a China torna-se responsável 1/3 do aumento do volume total de importações, e o gigante asiático começa a estreitar seus laços na África e na América Latina, além de integrar-se ao bloco da ASEAN e participar da formação do BRICS – bloco que hoje em dia demonstra maior disputa com a hegemonia estadunidense. Durante a Guerra Fria, diversos documentos de defesa eram estruturados segundo a ameaça da expansão comunista chinesa, contudo, agora com a ascensão da China e a maior integração desta a economia-mundo capitalista, o estreitamento de relações econômicas e comercial passam a ser a preferência dos governos regionais com o interesse em tirar maior proveito do grande mercado chinês e de seu aglomerado de riqueza. Essa nova percepção mais positiva sobre a China é colocada em conflito com o aumento da percepção dos Estados Unidos como polícia do mundo. Jane Parlez (2003) coloca: “A sensação é de que a China tenta ao máximo agradar, ajudar, acomodar-se aos vizinhos, enquanto os Estados Unidos são vistos como país cada vez mais envolvido com sua própria política externa, impondo à força ao mundo esse programa”.

Em suma, o Projeto para o Novo Século Americano foi mais do que um tremendo fracasso: além de falhar em reconfigurar a geopolítica do oriente médio para colocar o controle das torneiras de petróleo sobre mãos estadunidenses, as invasões no Afeganistão e no Iraque descredibilizaram o poderio militar estadunidense, diminuíram a força de sua moeda como divisa internacional, e o pior de tudo – cedeu espaço de oportunidade para que a China expandisse sua influência na região asiática e no Sul Global e pudesse se colocar como alternativa a hegemonia estadunidense. O Projeto para o Novo Século Americano era uma estratégia neoconservadora em preservar a hegemonia estadunidense, prolongando o longo século estadunidense. Na próxima seção, iremos buscar entender como as premissas desse Projeto está sendo resgatada pela atual administração da Casa Branca, porém, empregada de outra forma – ao invés de usar a força militar para fazer valer sua vontade, é utilizada da força econômica, com a força militar em segundo plano.

3. “Make America Great Again” da Administração de Donald J. Trump

Em 2003, após Bush ser multado pela OMC por causa das tarifas aplicadas sobre o aço importado em 2002 e a ameaça de suas sanções retaliativas de 2.3 bilhões de dólares, um assessor da Casa Branca declarou:

Acha que deu errado nos anos 1990 foi que nos esquecemos de colocar os interesses norte-americanos em primeiro lugar. Sendo assim, a globalização soa como a criação de um monte de regras que podem restringir as opções do presidente e que diluem a influência norte americana. (Sanger 2003)

Esse discurso é muito semelhante com as falas que levaram Trump a concorrer a presidência. Seu slogan de “Make America Great Again” e “America First” refletem um ideal de nacionalista extremista, que busca colocar a América (estadunidense) novamente na posição de controle total do sistema-mundo. Mostra uma ruptura com a ordem internacional liberal construída após a Segunda Guerra Mundial, abandonando sua hegemonia, para a construção de um Imperium Hipernacionalista (Foster, 2025). Essas ideias seguem a mesma premissa neoconservadora de Bush, que desacreditava nos valores liberais, no mercado e na globalização, e utiliza do poderio militar estadunidense para fazer valer seus interesses no sistema-mundo. Contudo, ao contrário de Bush, a administração de Trump desacredita no ciclo de guerras intermináveis no oriente médio e no leste europeu, considerando-as como fardos desnecessários para o império estadunidense. Desse modo, percebe-se que ambas as administrações abandonam um dos elementos essenciais da hegemonia, o consentimento, e dão uma ênfase muito maior no aspecto da coerção – apesar da administração Bush seguir pelo engajamento militar enquanto a administração Trump seguir pelo uso da coerção econômica.

Na visão da administração de Trump, enquanto os principais “inimigos” internos são os imigrantes invasores e o marxismo cultural (ou “woke”), no plano internacional a China e a ascensão do Sul Global tornam-se os principais ameaças ao interesse estadunidense, ainda mais em uma conjuntura em que os aliados dos Estados Unidos são considerados fracos (Foster, 2025). A centralidade da China como rival pode ser testemunhada pelos vídeos virais da campanha de Donald Trump, que sempre citava a mesma em seus discursos. Em 2020, com a administração de Joe Biden, foi promovida guerras de procura contra a Rússia, continuando o que havia começado com a direita Maidan em 2014 na Ucrânia, que resultou no conflito direto entre Rússia e Ucrânia. Na visão de Trump, esses conflitos atrapalham e restringem a possibilidade de decisões dos Estados Unidos. O foco dos Estados Unidos deve ser a Ásia, principalmente por

demonstrar ser um novo centro econômico global. Além disso, Trump desmerece instituições em que os Estados Unidos não têm controle direto, como a ONU e a OTAN, que limitam a atuação estadunidense em nível internacional (Foster, 2025).

A ideia de “Make America Great Again” foi criada por Michael Anton, membro do Conselho de Segurança Nacional e de comunicação estratégicas de Trump. Atualmente é diretor do Departamento de Estado. O conceito geral por trás do MAGA é uma união entre o populismo nacional e o anti-internacionalismo (ou globalização), ao mesmo que demonstra uma força militar internacional forte. Na visão da ideologia do MAGA, a globalização é vista como um fenômeno que somente beneficia as potências em ascensão, como a China, às custas dos Estados Unidos (Foster, 2025). Pode-se considerar que a ideologia de Trump segue quatro pilares: (I) populismo nacional; (II) rejeição do internacionalismo liberal; (III) nacionalismo consistente para todos os países; e (IV) o retorno da nação homogêneo em oposição ao império heterogêneo – os Estados Unidos como uma nação cristã branca com um destino manifesto (Anton, 2019).

Após diversas ameaças de tarifas comerciais por discurso, em 2 de abril de 2025, Trump realizou a “declaração de independência econômica” dos Estados Unidos, aplicando 10% de tarifas em todos os países do mundo, e outras tarifas em adições a 60 outros países e blocos comerciais. Em total, a China foi taxada 54%, o Vietnã em 46%, e a União Europeia em 20%. Após a China anunciar uma tarifa recíproca, Trump elevou o aumento da tarifa sobre o país em 104, e após novas tarifas recíprocas, em 145% (Foster, 2025). O secretário do Tesouro estadunidense, Scott Bessent, disse que qualquer país que optar por retaliar as tarifas estadunidenses será visto como responsável pela escalada de pressão. O anúncio das tarifas comerciais impactou a queda de títulos em Wall Street, o que demonstra uma divisão da classe dominante financeira em relação a administração de Trump. A aplicação de tarifas faz parte da estratégia geoeconômica de Trump em extrair tributos de seus aliados, que pagarão pelo apoio militar dos Estados Unidos, e financiarão uma nova série de conflitos na Ásia e no mundo islâmico.

Stephen Miran, presidente do Conselho de Assessores Econômicos e líder da estratégia econômica internacional dos Estados Unidos, considera que o objetivo das tarifas comerciais é melhorar a posição dos Estados Unidos na economia global à custa de seus principais parceiros comerciais, forçando, desse modo, uma grande desvalorização do dólar estadunidense sob a rubrica do Acordo de Mar-a-Lago, claramente inspirado pelo Acordo Plaza de 1985 (Foster, 2025). Essa estratégia busca

reduzir o déficit comercial dos Estados Unidos, trazer de volta as empresas (e empregos) de manufatura para o território estadunidense e reconfigurar a economia global. No entanto, o dólar, como moeda de reserva internacional, requer um déficit contínuo para suprir um mundo com a liquidez necessária, enquanto que a longo prazo há como criar condições que corroem a fé na moeda de reserva – o chamado Dilema Triffin (Foster, 2025). A desvalorização do dólar é uma aposta, que provavelmente fracassará, acelerando o fim do dólar como moeda de reserva internacional, minando a hegemonia estadunidense, e possibilitando a ascensão de alternativas pautadas por concorrentes dos Estados Unidos, como o BRICS.

A estratégia global de Trump está centralizada em diminuir os gastos nacionais com a ordem liberal e com conflitos menores sem espólios visíveis, ao mesmo tempo que fortalece o imperialismo econômico e projetos militares (Foster, 2025). Quando comentado sobre as guerras no Oriente Médio e na Ásia Central, Trump repreendeu os membros de seu Conjunto de Estado-Maior perguntando “Onde está a p* do petróleo?” (Foster, 2025). Como forma de diminuir os custos da ordem liberal internacional, a hegemonia estadunidense, Trump extinguiu a USAID, agência para ao desenvolvimento e apoio a ajuda externa internacional. Além disso, Trump deixa muito claro sua oposição a Guerra na Ucrânia, sendo esta vista como servindo somente as elites europeias, sem trazer nenhum benefício para os Estados Unidos, além de desviar os olhos das principais ameaças ao império estadunidense: a China e o mundo islâmico (Foster, 2025).

Nota-se durante a nova administração de Trump uma investida imperialista agressiva diante da ordem internacional. Trump continua a apoiar o projeto de genocídio palestino em Gaza de Benjamin Netanyahu, com a promessa de que os Estados Unidos irão ser recompensados com diversas propriedades na região e contrato preferencial sobre a extração de petróleo. Trump já declarou seu interesse em retomar o Canal do Panamá, em abril de 2025 os Estados Unidos negociaram um acordo com o Panamá para reocupar todas as antigas bases militares da zona do Canal do Panamá, movendo uma grande quantidade de tropa ao mesmo tempo que o governo estadunidense recusa reconhecer a propriedade do Canal pelo Panamá (Foster, 2025).

Além do Panamá, o Canadá já foi ameaça de ser anexado pelos Estados Unidos, assim como Trump já falou sobre ocupar a Groenlândia. Segundo especialistas, a posição estratégica da Groenlândia no mar Atlântico, e os vastos recursos de bioprospecção, poderiam gerar um “New American Arctic Century” (Foster, 2025). Sobre a Venezuela, o

governo Trump anunciou que irá impor tarifas de 25% a qualquer país do mundo que compre petróleo do governo Venezuela, em mais uma tentativa clara de desestabilizar a ordem interna do país. Seguindo essa mesma diretriz, o Departamento de Estado estadunidense está instituindo sanções econômicas a países que contratarem os serviços médicos cubanos ou alinhem seus interesses com Cuba. Para desestabilizar ainda mais a ordem internacional liberal, a administração de Trump retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas de 2015 e da Organização Mundial de Saúde, sendo consideradas como iniciativas “globalistas” que limitavam o escopo de atuação dos Estados Unidos e afetavam diretamente a “soberania americana” (Foster, 2025).

O crescente interesse dos Estados Unidos em ocupar ou incorporar diversos Estados da periferia ou do seu entorno geográfico está atrelada intrinsecamente a ideia de extrair a maior quantidade de recursos desses territórios como forma de sustentar sua hegemonia na economia-mundo capitalista, ao mesmo tempo que se recusa a arcar com os custos da ordem liberal internacional. Isso demonstra ainda mais o que Arrighi chamava de “dominação sem hegemonia”, ou em nossa compreensão, uma hegemonia sem consentimento, baseada somente na coerção. Apesar de no momento Trump utilizar de mecanismos econômicos para coagir os demais Estados a participarem da hegemonia estadunidense, medidas de precaução estão sendo tomadas para eventuais conflitos internacionais.

Contudo, os olhos da administração de Trump estão em conflitos em que há espólios importantes para serem conquistados que girem entorno da ameaça Chinesa ao domínio estadunidense. A ação de renomear o Departamento de Defesa para Departamento de Guerra demonstra claramente que Trump utilizará a força caso os mecanismos econômicos não funcionem e recorre a narrativa de tratar os Estados Unidos como uma potência (CNN, 2025). Segundo as palavras de Trump: “Acho que envia uma mensagem de vitória. Acho que envia realmente uma mensagem de força. Somos muito fortes. Somos muito mais fortes do que qualquer um poderia realmente entender” (CNN, 2025).

Trump considera a China como principal inimigo na conjuntura atual. Apesar da administração querer evitar um conflito direto com o gigante asiático, todas as decisões e movimentações do governo Trump estão sendo tomadas para um eventual conflito. Em 2025, Trump aumentou os gastos militares do novo ano fiscal de 12% para 1 trilhão de dólares, centralizando as prioridades estratégicas domésticas na ameaça chinesa e

fortalecendo o complexo industrial-militar. Além disso, o novo marcarthismo instaurado por Trump, como forma de “expurgar” a cultura “woke” e o marxismo cultural infiltrado nas universidades e instituições governamentais, se encaixa na narrativa de uma “Nova Guerra Fria”, agora com o inimigo sendo a China.

Elbridge A. Colby, subsecretário de defesa de política de Trump é uma das principais mentes por trás da estratégia dos Estados Unidos diante da China. Colby defende a necessidade dos Estados Unidos se preparar agressivamente para uma guerra nuclear limitada com a China sobre o controle de Taiwan (Foster, 2025). Em seu pensamento estratégico, Colby considera que não é mais possível os Estados Unidos terem o domínio militar absoluta globalmente ou na região do indo-pacífico. Qualquer guerra “preventiva” dos EUA contra a China sobre Taiwan deve ser evitada, principalmente devido ao arsenal nuclear das duas potências e o fato de que a China sobreviveria a um primeiro ataque estadunidense (Foster, 2025). Desse modo, Colby defende o ataque a infraestrutura interna de transporte da China continental e a sal base industrial, de produção de tecnologia e do setor financeiro – caso um engajamento militar fosse autorizado. Ademais, o estrategista considera a militarização de Taiwan e da primeira e a segunda cadeia de ilhas insulares de bases dos EUA na região do indo-pacífico, como a expansão de alianças militares estadunidense em toda a região como preparação de uma guerra limitada.

Além da preparação desse novo período de “Nova Guerra Fria”, há diversos gastos militares centralizados na construção do “Golden Dome”, um domo de proteção dos Estados Unidos para mísseis de ameaças estrangeiras. Em sua primeira fase, envolve mísseis terrestre, porém, nas fases mais avançadas, envolve o desenvolvimento de satélites no espaço armados com mísseis hipersônicos (Foster, 2025). Contudo, é possível que qualquer construção orientada para o “Golden Dome” promovido por Donald Trump torne impossível qualquer novo desarmamento nuclear, lançando dessa forma uma nova corrida armamentista nuclear para superar o “Golden Dome” (Foster, 2025).

É curioso pensar que o slogan de Trump “America First” esteja relacionado diretamente ao título do slogan da Alemanha nazista Deutschland Über Alles (“Alemanha Acima de Todos”). A doutrina MAGA de Trump está altamente alinhada com a classe bilionário monopolista-capitalista, principalmente setores de alta tecnologia, energia e serviços (Foster, 2025). Bastar notar o cargo de autoridade governamental que Elon Musk recebeu no início do segundo mandato de Donald Trump, direto do Departamento de

Eficiência Governamental – outro departamento para o sucateamento e corte de gastos do governo estadunidense. Entretanto, para manter seu governo, Trump também realiza uma aliança com a pequena burguesia – isto é, os pequenos empresários e gerentes corporativos de baixo nível – em conjunto com os pequenos proprietários rurais. Como “cola” desses elementos, Trump abusa de um discurso de extremismo religioso e da ameaça aos excepcionalismo americano para fundamentar sua base de apoiadores.

4. Conclusão

O objetivo desse trabalho foi realizar uma comparação entre as estratégias internacionais de Bush e Trump, como forma de considerar que ambas seguem uma motivação clara de preservar (ou de recuperar) a hegemonia estadunidense. O Projeto para o Novo Século Americano da administração de Bush considerava reconfigurar a geopolítica do oriente médio como forma de lançar os Estados Unidos para um novo ciclo de acumulação, tendo domínio das bases petrolíferas da região. Adiante, se tinha um plano dos Estados Unidos se tornar um governo mundial. Entretanto, as invasões do Iraque e Afeganistão falharam veemente em ocupar os centros de poder destes países. Desse modo, a Guerra ao Terror foi um fracasso, pois além de não cumprir com seus objetivos iniciais, abriu oportunidade para que a China se lançasse internacionalmente como um concorrente dos Estados Unidos, expandindo sua rede de influência para a região asiática para o Sul Global.

A estratégia do “Make America Great Again” de Trump segue caminhos semelhantes do Projeto para o Novo Século Americano neoconservador de Bush, porém em forma, se mostram diferentes. Trump, assim como Bush, não considera a ordem intencional liberal construída pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial – de fato, considera a globalização um erro que limita o escopo de atuação internacional estadunidense. De outro modo, ao invés de fazer valer os interesses estadunidenses por meio do poderio militar, Trump abusa de mecanismos econômicos – como tarifas comerciais e sanções econômicas – como forma de preservar (ou de recuperar) a hegemonia estadunidense. Isso não significa que estratégias que usem da força são desconsideradas, mas que são colocadas em segundo plano – afinal, ainda é necessário investir na expansão militar estadunidense devido a ameaça de conflito com a China e o mundo islâmico. A ideia de hegemonia sem consentimento continua, mas agora com a coerção sendo realizada por mecanismos econômicos.

Ainda que haja uma descrença em relação a ordem liberal, Trump ainda tem interesse em que o dólar seja a moeda de reserva internacional, e isso se deve pelo poder que o dólar fornece em controlar a economia-mundo capitalista atual. Entretanto, com os planos de desvalorização do dólar por meio da taxação geral das relações comerciais estadunidenses, o dólar pode diminuir sua força, abrindo oportunidade para que alternativas sejam implementadas por blocos rivais aos Estados Unidos, como é o caso do BRICS. Líderes mundiais já se pronunciaram a favor da desdolarização mundial, porém nenhum plano ainda foi posto em prática. Contudo, à medida que o dólar perde a relevância, e as instituições internacionais antes comandadas pela hegemonia estadunidense são minadas, fica-se cada vez mais claro a queda ou o declínio acelerado da hegemonia estadunidense.

Observamos atualmente um caso excepcional na história da economia-mundo capitalista: está ocorrendo um deslocamento do centro gravitacional da economia mundial do ocidente em direção ao oriente. Desde o início do capitalismo, nunca houve a substituição da hegemonia de um país ocidental por um país oriental. E além disso, a atual hegemonia global, os Estados Unidos, se recusa a ceder sua liderança na economia-mundo capitalista – apesar de estar proativamente minando as instituições hegemônicas que fundaram seu ciclo sistêmico de acumulação. A China se mostra como o caminho natural para o prosseguimento da economia-mundo capitalista, contudo, as autoridades chinesas estão de acordo em tomar essa liderança mundial? Estarão dispostos a arcar com os custos de sua hegemonia?

Além disso, apesar do dólar estar diminuindo sua força, ainda não há projetos claros de substituição do mesmo, e devido ao seu gasto militar abundante das décadas da Guerra Fria, os Estados Unidos continuarão sendo os líderes em força militar internacional. Quais serão as alternativas para a economia-mundo capitalista? A China tomará o lugar dos Estados Unidos, ou a região asiática como um todo, tomará o lugar de líder hegemônico? Ainda devemos analisar as características de um ciclo sistêmico de acumulação da mesma forma que avaliamos as potências ocidentais agora que o centro do sistema-mundo está se deslocando para o oriente? Ou devemos criar novos métodos de análise e ferramentas analíticas para avaliar a liderança da economia-mundo capitalista? Enfim, algumas questões que surgem a medida que entramos em uma Era de Hegemonia Sem Consentimento.

Referências

- ANTON, Michael. Trump Doctrine. Foreign Policy, No. 232, 2019.
- ARRIGHI, G. Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI . Boitempo Editorial. 2008
- ARRIGHI, G. O Longo Seculo XX. Contraponto. 2007.
- CNN Brasil. “Departamento de guerra”: Trump assina ordem para mudar nome do Pentágono. CNN Brasil. 2025. Acesso em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/departamento-de-guerra-trump-assina-ordem-para-mudar-nome-do-pentagono/#goog_rew>
- DEPARTMENT OF DEFENSE, US. Casualty Status, 2025. Acesso em: <<https://www.war.gov/casualty.pdf>>
- PERLEZ, Jane. Asian Leaders Find China a More Cordial Neighbor. The New York Times. 2003.
- SANGER, David E. While America Sells Security, China is Buying its dollars. The New York Times. 2003.
- WALLERSTEIN, I. The essential Wallerstein. New York: The New Press. 2000.